



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**PROJETO DE LEI N.º 4.674, DE 2023**  
**(Do Sr. Cobalchini)**

Dispões sobre autorização para o manejo e a caça do javali.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PL-4402/2020.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete do Deputado Valdir Cobalchini MDB/SC

**PROJETO DE LEI N°, DE 2023.**  
**(Do Sr. Valdir Cobalchini)**

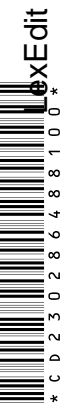
Dispões sobre autorização para o manejo e a caça do javali.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º.** Fica permitido aos caçadores, atiradores e colecionadores (CAC) o controle, manejo e caça dos javalis (*sus scrofa*) em todo território nacional.

**Art. 2º.** Compete ao poder público fomentar e apoiar as ações voltadas ao manejo em condições, no local (*in situ*) e fora do local (*ex situ*), e ao desenvolvimento do conhecimento sobre a fauna silvestre, bem como fomentar, apoiar e executar as ações previstas nos planos de ação ou de manejo.

**Art. 3º.** Compete ao Poder Público, por meio dos órgãos ambientais competentes, estabelecer comitês ou grupos de trabalho para a elaboração e acompanhamento da implementação de planos de ação ou de manejo para espécies de javalis (*sus scrofa*), objetivando a preservação da diversidade biológica e da integridade dos ecossistemas brasileiros.



## Justificação

O Brasil enfrenta atualmente um desafio significativo relacionado ao manejo de populações de animais selvagens, particularmente o javali, cuja presença tem se expandido rapidamente em várias regiões do país. Esta problemática tornou-se ainda mais urgente com a transferência da competência de autorização de caça e manejo de animais silvestres do Ibama para o Exército Brasileiro, uma mudança que trouxe consigo uma série de consequências e desafios. Neste contexto, torna-se fundamental a discussão de um Projeto de Lei que regulamente essa prática, garantindo tanto a conservação do meio ambiente quanto a proteção das lavouras brasileiras.

Em 2013, o Ibama era responsável pela emissão de licenças para caça e manejo de animais silvestres. No entanto, a partir de 2023, por meio do Decreto nº 11.615, de 21 de julho, essa responsabilidade foi transferida para o Exército Brasileiro. O problema reside no fato de que, até o presente momento, o Exército não estabeleceu diretrizes claras e regulamentos para o processo de obtenção dessas licenças, criando uma lacuna legal que afeta diretamente aqueles que desejam realizar a caça e manejo de animais silvestres de forma controlada e responsável.

O javali, uma espécie exótica invasora, tem proliferado em várias regiões do Brasil, com destaque para o Sul do país. Esses animais representam uma ameaça significativa para a biodiversidade local e causam danos substanciais à agricultura e à infraestrutura rural. Eles destroem plantações de milho, soja e tantas outras, devastam áreas de conservação, competem com espécies nativas e prejudicam a qualidade do solo. A falta de regulamentação clara para a caça e manejo desses animais agrava ainda mais a situação, dificultando o controle de sua população e a minimização dos prejuízos causados.

Além dos desafios apresentados, é fundamental considerar a questão da sanidade na saúde pública quando se trata da expansão descontrolada das populações de javalis no Brasil. Santa Catarina, por exemplo, é um dos Estados brasileiros que conquistaram o status de "livre de febre aftosa sem vacinação". Esse status é de suma importância para a pecuária e a suinocultura, setores que desempenham um papel significativo na economia do estado e do país.

A presença de javalis representa uma ameaça direta a esse status de sanidade, uma vez que esses animais podem ser portadores da febre aftosa e outras doenças transmissíveis. A contaminação do rebanho suíno e bovino por doenças teria consequências devastadoras para a indústria de carnes no Brasil, resultando em prejuízos econômicos significativos e na perda de mercados internacionais para exportação de produtos de origem animal.

Para se ter noção, dados revelam que as exportações brasileiras de carne bovina e suína têm um peso considerável na economia do país. Em



2021, o Brasil foi um dos maiores exportadores de carne bovina e suína do mundo, com vendas para mais de 150 países. A interrupção dessas exportações devido a surtos de doenças em rebanhos pode causar prejuízos bilionários ao setor agropecuário e à economia brasileira como um todo.

Portanto, a necessidade de regulamentar a caça e manejo responsável do javali ganha ainda mais relevância ao considerar os impactos diretos na sanidade da saúde pública, na economia e nas exportações de produtos de origem animal.

O Projeto de Lei visa preencher a lacuna legal existente ao estabelecer disposições claras e transparentes. O projeto define procedimentos para a caça de Javali após divulgação de plano de manejo por parte do Executivo, assegurando que apenas indivíduos qualificados e responsáveis tenham acesso ao controle da espécie, permitindo assim, que os CACs desempenhem um papel importante na redução das populações desses animais invasores. O projeto também inclui disposições para garantir a conservação de espécies nativas e o respeito ao bem-estar animal durante as atividades de caça e manejo.

Diante disso e em resumo, o javali representa uma ameaça para o meio ambiente, a agricultura e a economia rural. Portanto, é essencial que o Congresso Nacional atue prontamente para abordar essa questão, garantindo práticas de caça responsável e a conservação do meio ambiente. Entendo que o Projeto de Lei que proponho é um passo significativo na direção certa, visando equilibrar as necessidades de conservação daqueles que sofrem diariamente com a invasão desses animais em suas produções agrícolas.

Por fim, tenho a convicção de que todas as vertentes representadas no parlamento, de produtores rurais, ambientalistas e de Estado convergem para as mudanças propostas.

Sala das sessões,

de 2023.

**Deputado Valdir Cobalchini**

**MDB/SC**

